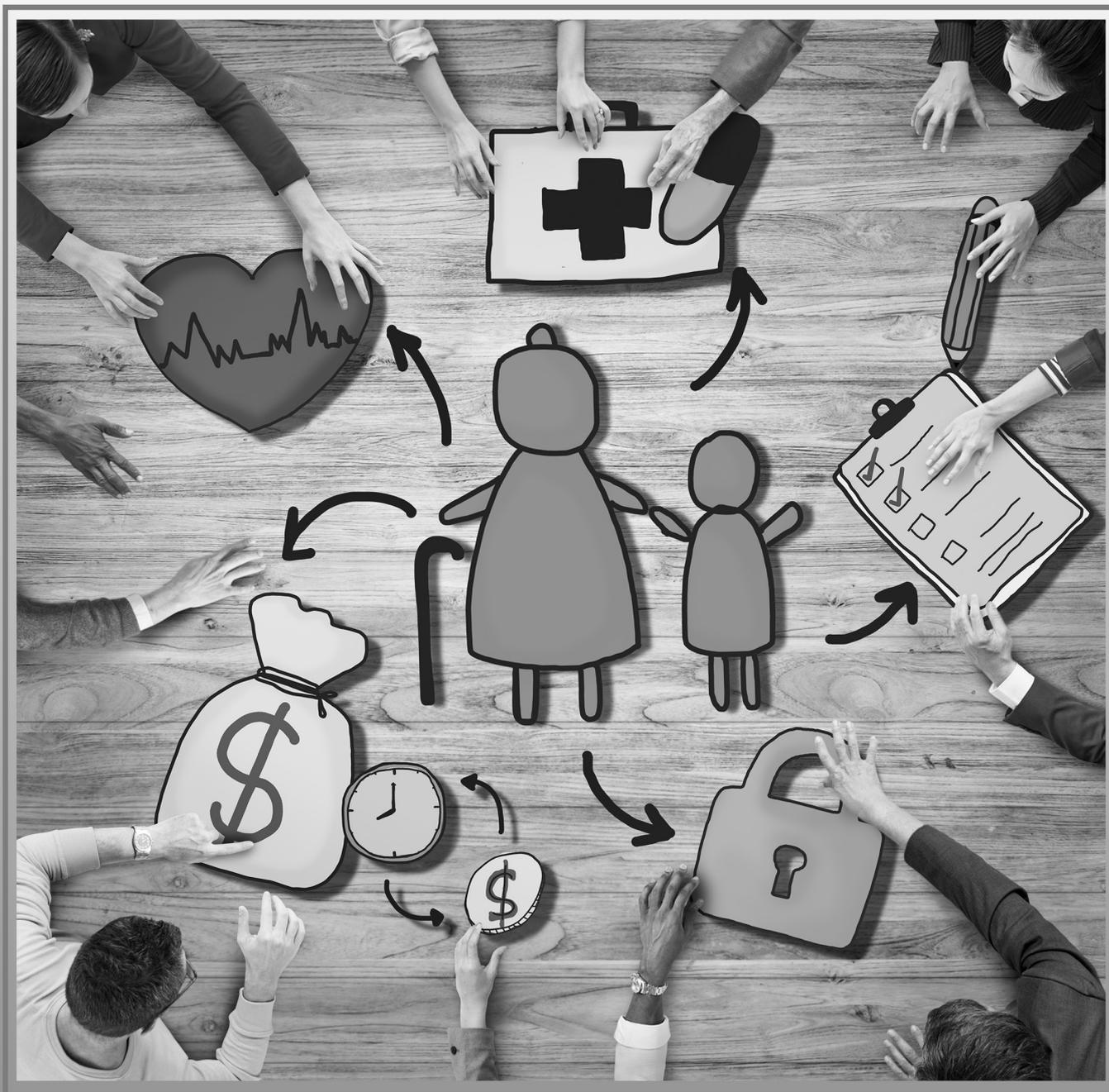




# Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



# Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Processos de subjetivação no serviço social

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-235-7 DOI 10.22533/at.ed.357203007</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	
Tâmara Leite Galvino de Almeida Maria de Fátima Pessoa Lepikson	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS	
Luciana Trugillo Pelloso Luciano Joia da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	
Sabrina Pereira de Souza Renata Lígia Rufino Neves de Souza Michele Ribeiro de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva Mara Rosange Acosta de Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE	
Giverson Gonçalves Bonfim Ana Patrícia Pires Nalesso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES	
Erika Leite Ramos de Luzia Renata Rocha Anjos Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS	
João Domingos de Lima Salvador Mariléa Borges de Lima Salvador	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3572030077</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 77**

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Viana Silva  
Ariane Helena Coelho Raiol  
Ivanira Mariano de Melo  
Jéssica Pereira Morais  
Josione Gusmão de Carvalho  
Lorena Carolina Roldão Campos  
Luciane dos Santos Marques  
Luciene Cibele Cardoso Ferreira  
Maria Bianca Figueiredo Palheta  
Nathalia Koury Pinto  
Wellington Monteiro Ferreira  
Yasmin Fernandes Santos

**DOI 10.22533/at.ed.3572030078**

**CAPÍTULO 9 ..... 88**

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Danielle Viana Lugo Pereira  
Arianny Estéfanos Lemos da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.3572030079**

**CAPÍTULO 10 ..... 97**

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira  
Érica Oliveira de Castro Farias  
Rosimary de Souza Lourenço

**DOI 10.22533/at.ed.35720300710**

**CAPÍTULO 11 ..... 107**

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Danielle Viana Lugo Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.35720300711**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral  
Elisa Maria Andrade Brisola  
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.35720300712**

**CAPÍTULO 13 ..... 129**

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Danielle Viana Lugo Pereira  
Sandra Mara Leal de Senna

**DOI 10.22533/at.ed.35720300713**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>139</b>
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ	
Jussara Faria de Campos	
Simone da Silveira Sarmiento Gonçalves	
Shirley Marques de Oliveira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35720300714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>149</b>
O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR	
Aline Possa Silva Anjos	
Lorena Luana da Costa Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35720300715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>157</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE	
Milene Lúcia Santos	
Fernando Ferreira de Araújo	
Jheniffer de Assis Gonçalves	
Maurício da Silva Santos	
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35720300716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>165</b>
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
Reinaldo da Silva Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35720300717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>177</b>
NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE	
Tatiana Maria Araújo da Fonseca	
Cristiane Medeiros dos Santos	
Roberta Gomes Leite Baptista	
Ana Kelly Souza Costa	
Adriana Medalha Perez	
Cíntia do Nascimento Ferreira	
Rozeane Guedes de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35720300718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>188</b>
ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	
Priscilla Brandão de Medeiros	
Maria Raphaela Cristiny de Oliveira	
Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35720300719</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>199</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>200</b>

## O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 06/05/2020*

### **João Domingos de Lima Salvador**

Assistente Social, Especialista em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas (UFT)

Miracema do Tocantins – TO

<http://lattes.cnpq.br/4594268361591403>

### **Mariléa Borges de Lima Salvador**

Assistente Social (UFPA), Docente do Curso de Serviço Social/ Graduação e Pós-graduação (Mestrado)/UFT

Doutora em Serviço Social (PUC-SP)

UFT/CAMPUS MIRACEMA

Miracema do Tocantins – TO

ORCID – 0000-0002-1264-8870

**RESUMO:** O artigo aborda a mediação do Serviço Social na questão socioambiental, especificamente, na política de educação ambiental enquanto reconhecido espaço socio-ocupacional do assistente social. Objetivando conhecer, nessa política pública, a operacionalidade do exercício profissional do assistente social nos impactos socioambientais causados pelo avanço capitalista foi desenvolvido um estudo no âmbito da pesquisa qualitativa participante, mediante procedimentos

metodológicos da dialética marxista, apoiada nos instrumentais técnicos da observação participante e da entrevista semiestruturada. Ao final do trabalho, a análise revelou uma estreita relação entre os projetos capitalistas de desenvolvimento, meio ambiente e pobreza, demandando das políticas públicas de meio ambiente ações de educação ambiental como alternativa de intervenção interdisciplinar na questão socioambiental e, em cuja dinâmica operacional se insere o Serviço Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação ambiental; Interdisciplinaridade; Intervenção social; Serviço Social.

### THE SOCIAL WORKER IN THE POLICY OF ENVIRONMENTAL EDUCATION: MODES OF INTERVENTION AND INSTRUMENTAL TECHNICAL-OPERATIVE

**ABSTRACT:** The article addresses the mediation of Social Work in the socio-environmental issue, specifically, in the environmental education policy as a recognized social-occupational space for the social worker. Aiming to know, in this public policy, the operability of the professional exercise of the social worker in the socioenvironmental impacts caused by the capitalist advance, a study was developed

within the scope of participatory qualitative research, through methodological procedures of the Marxist dialectic, supported by the technical instruments of the participant observation and the interview half structured. At the end of the work, the analysis revealed a close relationship between capitalist projects of development, environment and poverty, demanding environmental education actions from public environmental policies as an alternative for interdisciplinary intervention in the socio-environmental issue and, in whose operational dynamics it is inserted Social Work.

**KEYWORDS:** Environmental education; Interdisciplinarity; Social intervention; Social Work.

## 1 | INTRODUÇÃO

Estamos na Amazônia Oriental, em pleno Cerrado. Lugar de imensas riquezas naturais, elementos vitais para o planeta Terra e por isso mesmo imensamente cobiçado pelas forças dominantes do capitalismo imperialista que tem colocado o Brasil sob a dependência de uma ordem social predadora e destruidora do meio ambiente amazônico e causadora de desastres ecológicos, resultados de contradições sociais, como aquelas materializadas pela superpopulação das cidades, escassez de produtos primários, falta de infraestrutura e de políticas sociais de proteção e recuperação das ideais condições de vida para as populações, isso além da exploração do trabalho e dos baixos salários que se operam nos rincões explorados pelo sistema capitalista próprio do Modo de Produção Capitalista (CASTRO, 2010; CASTRO, 2007; FIORELO, 2006).

Desastres ambientais têm provocado impactos socioambientais de grandes prejuízos para as populações organizadas em torno da água e da terra, como é o caso das comunidades tradicionais, ribeirinhas, das florestas e daquelas que ocupam os territórios rurais agrícolas, existentes no Cerrado da Amazônia e, que agora passam a conviver com a degradação e a acentuação da miséria no seu cotidiano social e a constante demanda das políticas ambientais.

Nessa realidade se insere o exercício profissional do Serviço Social e a práxis social do assistente social nas políticas públicas de Educação Ambiental, sobretudo nos impactos socioambientais enquanto expressão da questão social do atual momento, no Cerrado Amazônida, contribuindo não apenas para a pesquisa acadêmica, mas também para as populações amazônidas prejudicadas, porque produzirá conhecimentos necessários sobre os possíveis investimentos no combate aos danos socioambientais executados nos tramites do desenvolvimento do capitalismo monopolista atual.

De posse da realidade concreta problematizada e do entendimento que as características do problema da pesquisa, suas questões norteadoras e seus objetivos mantêm-se num contexto de complexas relações sociais. Os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que perpassam tais relações e seus sujeitos demandam a construção de uma pesquisa focada numa perspectiva metodológica de abordagem

qualitativa e participante, uma vez realizada no espaço socio-ocupacional do assistente social em atuação na política da Educação Ambiental, realçando as características dialéticas da pesquisa qualitativa, tais como a relação intrínseca entre o sujeito e o objeto, marcada pela historicidade, pela totalidade e, sobretudo, pela análise crítica, enquanto o tipo de pesquisa que se incorpora na teoria social crítica de tradição marxista, sempre ancorada na análise da realidade concreta.

Seguindo os parâmetros dos fundamentos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e suas orientações teórico-metodológicas e legais para o exercício do assistente social, a investigação objetivou conhecer o processo de trabalho do assistente social desenvolvido no cotidiano do espaço-ocupacional da política de Educação Ambiental e sua articulação com o referencial teórico crítico que embasa o projeto ético político da profissão. Realizada no órgão público responsável pela execução da política de meio ambiente, o espaço da Educação Ambiental foi a única estratégia de intervenção na questão socioambiental, encontrada pelos pesquisadores, que agrega assistentes sociais em seu quadro técnico-científico.

Sob estes parâmetros, durante ano de 2014 foram realizadas entrevistas não-diretivas com as assistentes sociais, lotadas na Coordenação de Educação Ambiental do referido órgão, que executa a política de Educação Ambiental; e observado de forma participante o cotidiano do trabalho profissional.

Seguindo a consolidação das informações prestadas pelas assistentes sociais envolvidas no processo de pesquisa, para além da observação participante que proporcionou espaço de acompanhamento, discussão e reflexão junto as profissionais, sobre a atuação profissional do assistente social no trabalho interdisciplinar da Coordenação de Educação Ambiental, apontamos a dinâmica operacional, ou mesmo, o agir profissional do assistente social na política de Educação Ambiental. Dessa forma, a educação ambiental é tratada neste artigo como política social e pública, espaço sócio-ocupacional do assistente social e como práxis social, política e educativa que resguarda a prática profissional do assistente social como educador ambiental, num processo de intervenção interdisciplinar.

## **2 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTERVENÇÃO NO MARCO DA INTERDISCIPLINARIDADE**

Em sentido lato, a educação ambiental é uma prática educativa de socialização de conhecimentos e informações que contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes da questão ambiental e socioambiental, o que implica também a função de impulsionar mudanças de atitudes e motivação para agir em prol de sua solução (LOUREIRO, 2000; MELO, 2007).

A amplitude prático-teórica da educação ambiental é o que determina a sua

transversalidade e a natureza de motivar, pela ação educativa, a consciência crítica em torno da questão ambiental como uma totalidade histórica, sociopolítica, econômica e cultural, com a disposição de sensibilizar e despertar na sociedade a adoção de novos padrões de valores sociais de consumo e de trato com o meio ambiente.

Desta forma temos na educação ambiental uma práxis educativa com os objetivos de produzir conhecimentos; consciência crítica e sociopolítica; mudanças de atitudes; mudanças ideológicas; desenvolvimento de novas habilidades com o trato social, político e econômico da questão ambiental e produzir a participação plena e política dos sujeitos em sociedade.

Tais objetivos e sua natureza sociohistórica vão incidir diretamente na dimensão política da educação. Para Reigota (2009) a educação ambiental se faz uma educação política. Na medida em que se compromete com a garantia da cidadania a todos os setores da sociedade, procura extinguir as desigualdades sociais, fortalecer a autonomia, a liberdade de ação e o controle social da população a partir da participação política nas lutas pela vivência digna e constituída de direitos sociais a partir da coletiva da relação entre o homem e a natureza, fato explicado como “uma nova aliança (entre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência com dignidade” (REIGOTA, 2009, p. 14), além de atingir, cada vez mais um número maior de pessoas, não apenas despertando o interesse pelo seu conhecimento e prática, mas também como sujeitos de aprendizagem sobre os devidos cuidados com o meio ambiente. (LOUREIRO, 2000; MELO, 2007; REIGOTA, 2009).

Analisando a interdependência entre a teoria social crítica e a questão ambiental na sociedade contemporânea, Loureiro (2000) apresenta elementos para reflexão da prática ambientalista e educativa, como uma forma de construção da cidadania ecológica e supressão da ausência de processos decisórios e participativos. Problemas provocados pela falta de consciência política crítica e de análise estrutural da sociedade capitalista, que a teoria social crítica pode solucionar, pois é a teoria capaz de oferecer as ferramentas para a busca das evidências entre capitalismo e ambientalismo, assim como para a implementação do projeto de emancipação humana diante das contradições sociais impostas pelo modo de produção capitalista na sua clássica relação entre o capital e o trabalho.

E na luta pela cidadania ecológica está a prática da educação ambiental com a prerrogativa de promover a formação da cidadania e valores éticos de conservação da vida humana em sua relação com a natureza. Através de um instrumental técnico subsidiado pelo diálogo, interdisciplinaridade, disciplina e desenvolvimento sustentável a educação ambiental abarca uma diversidade de sujeitos que precisam e/ou necessitam aprender a proteger o meio ambiente (LEONARDI, 2002).

É a natureza crítico-social de viés democrático de orientação crítica, comprometido

com a justiça social, intercultural e interdisciplinar que coloca a educação ambiental em parceria com o Serviço Social abrindo espaço profissional para o assistente social exercer sua atuação na política do meio ambiente.

As possibilidades do engajamento do Serviço Social com a Educação Ambiental no exercício profissional do assistente social nas políticas sociais e públicas de meio ambiente (SILVA 2010; GOMEZ et al, 2007) começam pelo fato de a Educação Ambiental faz sua execução no bojo das metodologias participativas e seus instrumentais técnicos. De caráter interdisciplinar, totalmente imbuída do ideário ecológico (CARVALHO, 2008) esta é a prática educativa desenvolvida pelo educador ambiental, o profissional qualificado e habilitado para intervir nos desafios contemporâneos que residem nas relações estabelecidas entre o homem e a natureza e demandam um novo projeto societário.

No entanto a prática cotidiana da educação ambiental se faz pelas atividades socioeducativas de forma a permitir a exploração de múltiplas formas de expressão e comunicação do conhecimento. Assim, através de palestras, oficinas, trabalhos com desenhos, recorte e colagem, dramatização, exibição de vídeos, excursões, jornal mural, grupo de estudo e dinâmicas grupais. Enfim, o repertório didático da Educação Ambiental é extenso e “deve estar presente em todos os espaços de convivência, e, principalmente, naqueles que educam os cidadãos” (MELO, 2007, p. 18).

Autenticada pela Lei 9.795 de 27/04/1999 – a Política Nacional de Educação Ambiental, (BRASIL 1999), a Educação Ambiental se fundamenta nos processos de participação social enfatizando “a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo, pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida” (LOUREIRO, 2004, p. 81).

Nessa perspectiva transformadora, atua o educador ambiental de forma interdisciplinar com o compromisso de desenvolver ação política e democrática em direção a instrumentalização dos sujeitos sociais, fortalecendo-os para combater “as formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade em sua totalidade” (LOUREIRO, 2004, p.67). E, se ressaltando pelo alinhamento entre as diretrizes, natureza sociopolítica e perspectiva transformadora da sociabilidade capitalista, o Projeto Ético político do Serviço Social coloca a Educação Ambiental e o Serviço Social como “duas orientações políticas e tendem, inevitavelmente, a se complementar” (REIGOTA, 2007, p. 7).

A compreensão de que a Educação Ambiental e o Serviço Social estão intimamente relacionados parte do pressuposto de que a conjuntura está constituída da questão socioambiental como manifestação da questão social de orientação interdisciplinar, que exige a atuação de vários profissionais em unidades de ações que se voltam para um único objetivo: a transformação da realidade social. E nesse aspecto é o assistente social o profissional habilitado para atuar na questão social (IAMAMOTO, 2008).

Por outro lado, as transformações sociais atuais têm exigido novos processos de

intervenção, o que leva a educação ambiental a fazer parceria com o Serviço Social como a profissão dos “agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas” (IAMAMOTO, 2008, p. 20).

Na política de Educação Ambiental o Assistente Social exerce a função de educador e tem sua prática constituída pela ação socioeducativa, haja vista que a educação ambiental se encontra nas demandas socioeducacionais que requer tratamento imediato e ações inovadoras, inserindo-se nelas aquelas desenvolvidas pelo Serviço Social. Assim, tanto o Serviço Social como a Educação Ambiental atuam nos rebatimentos das manifestações da questão social, oriundos da questão ambiental. Neste caso, através da intervenção nas políticas sociais socioambientais, na perspectiva da garantia de direitos de cidadania, evidenciando que a educação ambiental prevê uma prática que se ajusta ao Projeto Ético-político do Serviço Social, consciente de que este “está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.189), notadamente como um processo interdisciplinar.

Partindo do princípio que a interdisciplinaridade é uma estratégia pedagógica comprometida com os processos de transformação social, embasada na unidade da pluralidade do conhecimento, que se constitui numa ação política de grande valor para o desenvolvimento das políticas sociais e públicas (SÁ; 2002; SEVERINO, 2002), a prática social interdisciplinar se faz fundamentada na unidade do saber, onde a realidade é observada como um contexto heterogêneo e diversificado.

Nesse aspecto a interdisciplinaridade é uma estratégia de busca da totalidade possível do conhecimento, que se encontra diversificada em várias faces, nas diversas disciplinas e métodos de intervenção na realidade social, haja vista que na educação ambiental a interdisciplinaridade obedece ao pressuposto “de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas” (SEVERINO, 2002, p.20).

Orientado por esse pressuposto, o trabalho teórico e operacional da equipe de profissionais pesquisados se desenvolve a educação ambiental de forma interdisciplinar. No que diz respeito à atuação do Serviço Social, a assistente social explica que:

O Assistente Social na Coordenadoria de Educação Ambiental executa quase as mesmas atividades que os demais profissionais, sendo algumas ações específicas que necessita de maiores orientações como a biologia, engenharia ambiental são realizadas juntamente com esses profissionais, como por exemplo ações ligadas a licenciamento de aterro sanitário. Já no licenciamento ambiental, é o assistente social que emite o parecer socioeconômico na emissão de licença de empreendimento de grande porte, como Usinas Hidrelétricas, Barragens, dentre outras. (ASSISTENTE SOICAL).

Assim, no trabalho da educação ambiental não existe uma ação exclusiva do Serviço Social. À exceção das solicitações institucionais que chegam ao assistente social para responder diante de situações que envolvem claras manifestações da questão social,

sobretudo como impactos socioambientais, as assistentes sociais informam que “as assistentes sociais comparecem com atividades fins do Serviço Social tais como pareceres técnicos e aplicação de questionários socioeconômicos necessitando da atuação do assistente social”.

A priori, nessa perspectiva de uma prática eminentemente participativa está pautado que a ação do Serviço Social na prática interdisciplinar não significa uma ruptura no sistema teórico-metodológico do Serviço Social. Ao contrário, demonstra a capacidade da profissão de fazer o salto desafiador de alcançar a totalidade possível no processo de intervenção que se põe para a educação ambiental. E, compreendendo a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que o assistente social se apropria, mesmo numa equipe multidisciplinar, ele ressalta enfaticamente que:

O trabalho do assistente social é de fundamental importância na equipe, devido algumas atribuições que são privativas do assistente social, muito embora essas atribuições não estejam definidas na atuação do assistente social na educação ambiental. (ASSISTENTE SOCIAL).

No trabalho interdisciplinar, as atribuições privativas do assistente social são executadas de forma velada nos meandros da interdisciplinaridade da educação ambiental, porque nessa modalidade de intervenção social, os vários conhecimentos se constituem num único corpo teórico-prático aberto a inovações e recursos metodológicos, com capacidade dialógica de equacionar dados de realidade, associando valores de garantia de direitos, próprios das políticas públicas. Ou melhor, o objetivo do trabalho é único, enquanto os profissionais são múltiplos. Por isso, cabe esclarecer que na interdisciplinaridade temos um processo de trabalho realizado por profissionais de diversas áreas do conhecimento, em forma de equipe multidisciplinar. Contudo, observadas a natureza do agir profissional do assistente social na política da Educação Ambiental, precisamos compreender como está sendo proposta essa política pública pelo Estado, quais são as ações propostas para a equipe técnica multidisciplinar e, como atua o assistente social no trabalho interdisciplinar desenvolvido.

Assistentes sociais esclarecem, ainda, que as políticas públicas ambientais, de modo geral no Brasil:

São desenvolvidas através de câmaras técnicas propostas aos Estados e depois discutidas. São feitas audiências públicas ou consultas regionais e com as devidas alterações propostas o governo sanciona a legislação pertinente. Outras são criadas através de propostas vindas pelas demandas da comunidade. Neste sentido, o governo do Estado do Tocantins cumpre a legislação federal que dará base para a formulação das políticas estaduais de acordo com a realidade regional. (ASSISTENTE SOCIAL).

Vale ressaltar que a operacionalização da Educação Ambiental está prevista no Plano Plurianual do Estado 2012/2015 que a delinea como uma prática educativa:

Alinhada à missão do órgão, concentra sua atuação no desenvolvimento socioambiental na

busca uma economia ambientalmente sustentável e na sensibilização das comunidades para a manutenção e conservação do patrimônio natural com foco na perenidade da vida de todos os seres na terra. (NATURATINS, s.d, p. 01).

No seu discurso propagandista, o Estado coloca a educação ambiental como a política que desenvolve projetos junto as comunidades e as unidades de conservação estaduais, cumprindo a missão de suprir as principais necessidades socioambientais das áreas urbanas e rurais do Tocantins através da operacionalização de sete projetos, quais sejam:

- 1 – Fórum do Lixo e Cidadania – FELC
- 2 – Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
- 3 – Agenda Ambiental Pública do Naturatins – A2N
- 4 – Protocolo do Fogo
- 5 – Oficina Ambiente-se
- 6 – Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA
- 7 – Projeto de Educação Ambiental para Comunidades Tradicionais. (NATURATINS, s.d, p. 02 – 04).

Nos sete projetos educativos-ambientais, o assistente social participa com a equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental, fazendo atendimento ao entorno das unidades de conservação que são executados pelo Naturatins de acordo com o que está previsto no PPA- Plano Plurianual do Estado 2012/2015.

No Fórum do Lixo e Cidadania, se apoia os municípios no suporte de capacitar e integrar as instituições públicas e privadas, bem como todos os segmentos organizados da sociedade local para uma ampla discussão acerca dos problemas gerados com a produção e o manejo dos resíduos sólidos e também fomentar a coleta seletiva, assim como colaborar na organização dos catadores de materiais recicláveis nos municípios (NATURATINS, s.d., 2012).

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P se propõe promover a sensibilização dos servidores públicos quanto ao combate do desperdício de recursos naturais, materiais de expediente e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (NATURATINS, s.d., 2012).

A Agenda Ambiental Pública do Naturatins – A2N segue a concepção da A3P, uma iniciativa do Governo Federal. Propõe uma gestão inovadora rumo à sustentabilidade institucional, onde os gestores e servidores são estimulados a buscar alternativas ecologicamente corretas e eficientes, que possam minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. Desenvolvido nas suas unidades de conservação e nas agências regionais por meio de ações que possibilitem o despertar da consciência ambiental no uso racional dos recursos naturais através de atividades sensibilizatórias que combatam os desperdícios de materiais de expediente, proporcionem a melhoria das relações interpessoais, a

qualidade de vida e a mudança de paradigmas nas rotinas diárias, conduzindo, assim, a uma economicidade ambiental dentro das estruturas físicas do órgão e se refletindo fora dele (NATURATINS, s.d., 2012).

O Protocolo do Fogo, tem como objetivo implantar Protocolos Municipais de Prevenção e Controle do Uso do Fogo nos municípios tocantinenses. Através de mobilização popular nos municípios, o Protocolo visa reunir as instituições organizadas a se comprometerem no desenvolvimento de ações sustentáveis tendo em vista a redução significativa de impactos gerados pelo uso indiscriminado do fogo. Negocia e estabelece acordos entre os diversos atores sociais do município, obtendo significativos resultados na redução dos focos de incêndios/queimadas, tendo respaldo no decreto estadual nº 649/98, que institui o Comitê Estadual de Prevenção, Controle às Queimadas e Incêndios Florestais, cuja meta é encontrar uma estratégia de ação para atuar efetivamente na problemática das queimadas (NATURATINS, s.d., 2012).

A Oficina Ambiente-se. Programa que objetiva a formação de multiplicadores ambientais locais com perfil de reeditores de conhecimento de planos de ação em educação ambiental nos municípios (NATURATINS, s.d., 2012).

O Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA é uma iniciativa que propõe a instruir e educar o poder público nos municípios para o desenvolvimento da gestão ambiental local (NATURATINS, s.d., 2012).

O Projeto de Educação Ambiental para Comunidades Tradicionais, identifica problemas ambientais em comunidades tradicionais e estuda soluções, levando a implantação de práticas sustentáveis, seja pelo resgate de conhecimento tradicional, ou pela mudança de hábitos adquiridos que possam prejudicar os recursos naturais. (NATURATINS, s.d., 2012).

Nesse contexto, se insere o assistente social, compondo uma equipe interdisciplinar de nove profissionais, sendo: dois assistentes sociais; cinco Pedagogos; um Geógrafo e um Turismólogo. Juntos, a equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental fazem a gestão da Política Estadual de Educação Socioambiental do Estado do Tocantins, obedecendo as Diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

### **3 | O ASSISTENTE SOCIAL AGINDO EM CONEXÃO COM O PROJETO PROFISSIONAL**

Os Assistentes Sociais da instituição fazem questão de informar que os profissionais do Serviço Social

seguem as diretrizes políticas do órgão buscando conhecer a realidade das pessoas que são atendidas pelo Naturatins, refletindo com as mesmas sua situação em relação ao meio ambiente, qualidade de vida através da troca de saberes para transformação da sua mudança de comportamento. (ASSISTENTE SOCIAL).

No campo da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, a profissão exige garantir

que as incursões técnico-profissionais e ético-políticas presentes no Projeto ético-político profissional, estejam manifestas na prática profissional do assistente social, independente do espaço socio-ocupacional que ocupe o profissional.

Considerando as exigências ético-políticas da profissão procuramos observar como o fazer profissional atua segundo as diretrizes prescritas na Lei de Regulamentação da profissão, principalmente como forma de garantir a prática de atribuições privativas e a não sujeição a atividades que se enquadrem nos marcos regulatórios da profissão.

Determinadas na Lei 8662/93 – a Lei de Regulamentação do Serviço Social, que “dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências” (CRESS, 6ª Região, 2005, p.8), as atribuições privativas do assistente social são as ações específicas do assistente social desenvolvidas nas dinâmicas institucionais e organizacionais que legitimam o agir profissional em seu campo de atuação. E no texto da Lei estão redigidas na seguinte forma:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social;

II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos e Unidade de Serviço Social;

III – Assessoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V – Assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX – Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – Dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas;

E na esteira das atribuições privativas do assistente social como o fio condutor da sua prática profissional; procurando responder o que faz o assistente social na Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental da Naturatins, os referidos profissionais apresentaram várias explicações:

1. “A ação profissional se dá no planejamento e execução de políticas socioambientais específicas, viabilizadas nas atividades e projetos prestados nas comunidades, sendo pautada no Código de Ética da Profissão; Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8662 de 07/07/93), nos Princípios e Diretrizes das Leis: 8080 de 19.09.1990, 8142 de 28.12.1990 (SUS) e 8.742 de 07.12.1993 (LOAS).”
2. “O Assistente Social atua nessa equipe interdisciplinar contribuindo na execução das Políticas Ambientais do Estado do Tocantins, onde atuam coletivamente na gestão ambiental, especificamente, na Educação Ambiental. As atividades são voltadas sempre, para os direitos dos sujeitos em relação ao meio ambiente equilibrado. Essas atividades são desenvolvidas através de oficinas educativas, palestras de sensibilização, mobilização social, seminários, fóruns de debate, Minicursos, campanhas educativas, blitz educativas, entre outras”.
3. “O trabalho é desenvolvido com todos os seguimentos sociais, de acordo com a atividade a ser desenvolvida é verificado o público para poder aplicar a melhor estratégia e metodologia de ação, no caso, não existe um público específico”. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para além do diálogo com as assistentes sociais pesquisadas e da escuta e registro de seus relatos, a observação participante do cotidiano do trabalho desenvolvido pelas profissionais oportunizou mais descobertas sobre o processo de trabalho do Serviço Social na política da Educação Ambiental.

Ponderando sobre outros esclarecimentos das assistentes sociais participantes da pesquisa foi possível observar que a atuação do assistente social na política de Educação Ambiental se resume em: orientação social a comunidades, grupos e à indivíduos; assessoria e apoio às associações e movimentos sociais em relação às políticas ambientais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e ambientais da coletividade; elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas ambientais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares e elaboração de pareceres técnicos.

Nesse sentido, o Serviço Social se legitima na realização da gestão das ações oferecidas pelas políticas institucionais, sempre atuando propositivamente, na realidade local e regional, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Assim como procurando garantir os postulados éticos-políticos da profissão sem perder de vista também o compromisso com as demandas e condição social dos beneficiários, conforme nos relata, que “nesse conjunto de ações e compromissos, a atuação do assistente social na educação ambiental, se localiza na abordagem grupal, embasada pela abordagem teórica da política social e da cidadania como condição necessária ao sujeito social”. E

nesse processo de operacionalidade das ações “os instrumentais mais utilizados pelo assistente social na Coordenadoria de Educação socioambiental são: Pareceres Técnicos e Relatório de Atividades referentes à execução das mesmas”.

Refletindo sobre as mediações históricas, sociais e ideopolíticas que atravessam a prática profissional interdisciplinar do Serviço Social na Educação Ambiental desenvolvida no contexto institucional pesquisado e os possíveis rebatimentos na sociedade, observamos claramente que apesar de todos os esforços da equipe dos Educadores Ambientais, nessa equipe, as assistentes sociais fazem um grande esforço profissional para atingir os objetivos propostos no plano de trabalho. Porém, mesmo evidenciando grande esforço metodológico, não conseguem bons resultados na execução dos programas e projetos, devido à falta de recursos, tantos materiais/financeiros, quanto humanos, para que se forme uma grande equipe de educadores sociais ambientais.

Da mesma forma, a Instituição não prioriza a processualidade da Educação Ambiental prevista no Plano Plurianual do Estado do Tocantins 2012/2015, haja vista, que no Estado e seus 139 municípios, somente cerca de cinquenta são cadastrados no órgão estatal de política ambiental. Isso significa dizer, que há insuficiente, ou nenhum esforço por parte do Estado em articular com os poderes públicos dos municípios o engajamento dos mesmos junto aos programas e projetos de educação ambiental do Estado. Por outro lado, explicam os assistentes sociais, que os municípios atendidos somam menos de 50% do total de compõe o Estado, mas além disso as maiores dificuldades vivenciadas no cotidiano do exercício profissional na área de educação ambiental estão em torno de outros fatos, sendo eles:

Apoio logístico insuficiente para atender as demandas em campo; demora no pagamento de recursos para custear as despesas técnicas; capacitação insuficiente para os técnicos poderem desempenhar melhor suas atribuições e material educativo insuficiente para atender as demandas solicitadas. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para melhorar a qualidade dos serviços institucionais prestados às comunidades impactadas, as assistentes sociais da equipe de educação ambiental do Estado do Tocantins são categóricas em avaliar que é preciso:

Cumprir de forma efetiva a legislação em vigor; dar mais apoio as comunidades impactadas por grandes empreendimentos; divulgar mais a legislação ambiental através da garantia, com ações eficazes, dos direitos e deveres em relação ao meio ambiente; disponibilizar recursos financeiros para atender as demandas e, elaborar e distribuir materiais educativos específicos para cada comunidade. (ASSISTENTE SOCIAL).

Sobreposto, observamos que alguns autores dedicados a escrever sobre políticas sociais, em seus textos, deixam claro que a política social favorece tanto ao Estado, quanto, os usuários desta política. Em se tratando da política ambiental, enquanto política social e pública, essa afirmação é contraditória; pois quando a política social não intervém nas expressões da questão social e não enfrenta os impactos socioambientais, automaticamente favorece exclusivamente o Capital. Esse fato fica visível quando

milhares de impactados, desassistidos das políticas sociais, passam a viver a margem da sua própria pobreza, abandonados, como se não existissem.

Nesse sentido, percebe-se que os grandes empreendimentos, como as barragens\hidrelétricas, por exemplo, investem minimamente nos impactos socioambientais, deixando a parte maior desses impactos, para o Estado. E este, por sua vez, também investe minimamente em programas e projetos sociais, não alcançando quem mais necessita.

## 4 | CONCLUSÃO

Entendendo a Educação Ambiental e o Serviço Social como duas orientações políticas que se complementam de forma multidisciplinar. A primeira como ação política de meio ambiente e espaço socio-ocupacional do assistente social e a segunda como práxis socioeducativa, com suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, alinhadas a direção transformadora da sociabilidade capitalista e seus crimes ambientais, conforme dita seu Projeto Ético-político Profissional, observamos os assistentes sociais, atuando como educadores ambientais, com prática constituída pela ação socioeducativa nas manifestações da questão socioambiental, em cujo agir profissional encaminha um trabalho interdisciplinar que prevê de forma esporádica e, muitas vezes, isolada do processo interdisciplinar, uma abordagem com instrumentais técnicos-operativos privativos do assistente social, sem, contudo, resguardar o espaço da dinâmica operativa específica da profissão.

Essa limitação nos leva a conclusão final de que o agir profissional do assistente social na educação ambiental ainda está velado nos meandros de uma interdisciplinaridade operacionalizada na multidisciplinaridade do conhecimento da equipe de intervenção que não abre espaço para ações específicas do assistente social, mesmo que a realidade trabalhada as exija; fato que impõe a necessidade de se intensificar o debate sobre a atuação profissional do assistente social no trabalho interdisciplinar da Educação Ambiental. Por fim, questiona-se se esse obscurantismo da operacionalidade do Serviço Social na Educação Ambiental faz parte da orientação política que o Estado reserva, via instrução institucional, para a execução da política da Educação Ambiental e seus agentes interventores.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. M. A Educação Ambiental no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. TV Escola. **Salto para o futuro** – Educação Ambiental no Brasil. Brasília, 2008.

CASTRO, Edna. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Santarém: UNIFOP, 2010. Mimeo.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. **Amazônia: soberania e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Confea, 2007 (Pensar Brasil).

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 6ª REGIÃO MINAS GERAIS. **Coletânea de LEIS**. Belo Horizonte, 2005.

FIORELO, Picoli. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GÓMEZ, J.A.D.; et al (Orgs). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEONARDI, M.L.A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental transformadora. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Philippe Pomier Layrargues (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. Teoria Social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

MELO, G.P. **Educação Ambiental para professores e outros multiplicadores**. João Pessoa: Superintendência do IBAMA na Paraíba, 2007.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção primeiros passos, 292).

REIGOTA, M. Prefácio. In: GÓMEZ, J.A.D.; et al (Orgs.). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁ, J.L.M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, J.L.M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M.G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TOCANTINS (Estado). Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). **Educação Ambiental**. Palmas: Tocantins, 2012.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afrocidadanização 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Assessoria 3, 37, 72, 73, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Assistência Estudantil 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106

Assistência Social 10, 15, 17, 20, 24, 25, 30, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 84, 99, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 165, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199

### C

Capitalismo 2, 5, 9, 12, 13, 15, 17, 19, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 42, 46, 52, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 90, 96, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 127, 131, 158, 161, 172, 189

Capoeira 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Cultura 18, 36, 58, 102, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 157, 160, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

### D

Descentralização 11, 17, 19, 25, 122, 149, 150, 151, 155, 156, 181

### E

Educação 1, 3, 4, 6, 9, 21, 24, 30, 31, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 154, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Educação Ambiental 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83

Educação Permanente 61, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Escola 6, 75, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 99, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 154, 170

Espaço 18, 22, 25, 30, 36, 38, 42, 43, 44, 49, 50, 63, 65, 67, 72, 75, 77, 78, 82, 84, 91, 105, 120, 121, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 163, 166, 167, 171, 180, 189, 193, 195, 196, 197

Estado 1, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 110, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 140, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 185, 191, 193, 196

Estágio 22, 23, 26, 27, 32, 50, 77, 78, 83, 84, 103, 113, 136, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187

Ético-Política 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 85, 159, 178

## **F**

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 22, 27, 30, 34, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 58, 60, 62, 65, 66, 71, 72, 76, 82, 99, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 140, 148, 159, 160, 164, 168, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 194, 197

## **I**

Interdisciplinaridade 63, 65, 66, 68, 69, 75, 76, 111

Investigativa 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 135, 153

## **M**

Marxista 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 63, 65, 129, 130, 158, 192, 193, 194, 196

Mercado 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 37, 55, 58, 59, 60, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 131, 136, 161, 178, 192, 194, 196

Militarização 28, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127

Mundo do Trabalho 10, 13, 17, 20, 23, 29, 51, 59, 61, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 110, 112, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148

## **P**

Políticas 2, 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 93, 94, 98, 105, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 140, 141, 150, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 167, 170, 172, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 196, 199

Política Social 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 31, 40, 54, 58, 62, 65, 73, 74, 95, 127, 142, 148, 158, 163, 172, 199

População 15, 25, 26, 28, 35, 53, 55, 57, 58, 61, 66, 80, 81, 83, 85, 94, 124, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 161, 162, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 193

Profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199

Projeto 2, 6, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 146, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198

Projeto Ético Político 6, 41, 46, 65, 163, 176, 183

## Q

Questão Social 5, 9, 17, 20, 22, 28, 29, 31, 38, 41, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 74, 88, 93, 94, 95, 98, 108, 112, 115, 118, 119, 125, 135, 137, 140, 157, 158, 163, 172, 175, 191, 192, 193, 194, 196, 197

## R

Rua 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

## S

Segurança 14, 56, 103, 123, 124, 125, 139, 140, 141, 147, 152, 169, 174, 182

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sistematização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 79, 82, 97, 98, 156, 181, 185

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Socioambiental 63, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86

## T

Técnico-Operativa 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 75, 159, 163, 178

Teoria 34, 35, 37, 40, 42, 43, 49, 51, 65, 66, 76, 90, 113, 115, 129, 130, 148, 159, 178, 179, 184, 186, 192, 194, 196, 198

Teórico-Metodológica 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 159, 178

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123,

124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 172, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197

## V

Violência 56, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 140, 144, 145, 147, 153, 199

# Processos de Subjetivação no Serviço Social

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](#) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**

# Processos de Subjetivação no Serviço Social

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**